

Ex.mo Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Barcelos

2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal

Sugestões - Ficha de participação

Nos termos do artigo 6º e dos nº 1 e nº 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), na sua redação atual, conjugado com o nº 2 do artigo 92º do mesmo diploma legal, e dos nº 6, 7 e 8 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, na sua redação atual.

Identificação do/a participante / requerente

Nome/Designação:			
Endereço para notificações:			
Freguesia:			
Código Postal:		-	Concelho:
NIC / CC:			NIF:
Contacto telefónico:			
Correio eletrónico:			
Na qualidade de:	Proprietário	☐	Mandatário
		☐	Usufrutuário
		☐	Superficiário
		☐	Promitente comprador
		☐	
Outro	☐	(especificar)	
Pretendo ser notificado dos atos procedimentais, através de correio eletrónico, nos termos do preceituado na alínea a), do nº 2, e na alínea c) do nº 1, do artigo 112.º, do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro:			
☐ Sim ☐ Não			

Identificação do pedido

Freguesia:		
Localização:		
Requerente do processo de licenciamento/Câmara:		
	Nº do Processo:	

Identificação do assunto

☐	Alteração da classificação do Solo Rústico na categoria de:	
	para Solo Urbano na categoria/subcategoria de:	
☐	Alteração da qualificação do Solo Urbano na categoria /subcategoria de:	
	para a qualificação do Solo Urbano na categoria/subcategoria de:	
☐	Alteração das servidões e restrições de utilidade pública, nomeadamente:	
☐	Alteração aos elementos fundamentais do plano, nomeadamente:	
☐	Outros (Especificar):	



Participação

Vem apresentar, nos termos do artigo 6º e dos nº 1 e nº 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), na sua redação atual, conjugado com o nº 2 do artigo 92º do mesmo diploma legal, e dos nº 6, 7 e 8 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, na sua redação atual, a seguinte exposição:

☐ Sugestão ☐ Observação ☐ Reclamação ☐ Pedido de esclarecimento

Documentos anexados

- ☐ Extratos cartográficos gerados na plataforma web www.pdm.barcelos.pt ou Planta localização
- ☐ Cópia do Cartão de Cidadão (aplicável no caso de apresentação não presencial)
- ☐ Comprovativo de representação (aplicável no caso de apresentação por representante). No caso de participação coletiva deve ser anexada declaração de representatividade com nomes completos, NIF e assinaturas.
- ☐ Outros:

Declaração

- ☐ Declaro, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que a disponibilização da cópia do documento de identificação que me foi solicitado no âmbito do presente procedimento tem o meu consentimento.

Barcelos, de de

O (A) requerente

Declaro, para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU) 2016/679, adiante designado por RGPD, e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional do mencionado Regulamento e em conformidade com a Política de Privacidade que se encontra publicada na página oficial do Município (<https://www.cm-barcelos.pt/rgpd>) que dou o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais para a finalidade expressa no presente Formulário sendo esta informação confidencial e utilizada única e exclusivamente para o fim a que se destina.

Declaro ainda que tomei conhecimento das seguintes informações:

- ✓ O Responsável pelo tratamento dos dados pessoais é o Município de Barcelos que poderá contactar pelos seguintes meios: por telefone, para o n.º 253809600 ou por email para o endereço rgpd@cm-barcelos.pt.
- ✓ O prazo de conservação dos dados será o estipulado no Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais ou outro que o venha a substituir.
- ✓ Possibilidade de aceder aos direitos previstos no RGPD nomeadamente: Direito de acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade, oposição ao tratamento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado, bem como a ser informado em caso de violações de segurança. Direito a ser informado previamente e a pedido, sobre a intenção da utilização dos dados para outra finalidade que não dada neste consentimento e direito a apresentar reclamação à CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados) se considerar que os direitos foram violados.